

RECIFE E AS REVOLUÇÕES LIBERTÁRIAS

Potiguar Matos

O Recife não é, apenas, geografia física. É geografia sentimental, terra e carne, pedaço da gente misturado com casas, velhos telhados, pontes, rios rebeldes, mocambos, avenidas, sóis brancos quebrando-se no gume das ondas azuis e verdes, com ressacas no coração.

Assim, me atrevo a falar, pois se ciência em minhas palavras não houver, nelas vibrará, sem dúvida, o canto de amor e paixão do amanet pobre, mas constante.

Há Histórias plácidas. Vidas de povos que transcorrem quase no ritmo, matematicamente, simples e monótono do curso das estações ou do geometrismo frio das trajetórias cósmicas. São, talvez, os primitivos, que perdendo o duelo contra as investidas do meio, se atrelam passivos às pulsações dominadoras da terra. Ou os político e economicamente eunuquizados pelas dominações e explorações de grupos mais fortes e predatórios. Nesses, a placidez é máscara despistante, escondendo o drama inexorável da alienação, entendida como estado précomatoso de morte sociológica.

* Conferência pronunciada no A.P.E., em 31/5/977.

Em outras comunidades — e é a maioria — o signo se transfigura em inquietação e es-
panto de dor.

Aqui encontramos nossa cidade. O Recife é um tumulto histórico que vem dos longes do passado. Percorrer seu itinerário no tempo exige do historiador não as virtudes de caçador de borboletas, sim, a agudez de visão e os reflexos vibráteis para o enfrentamento das grandes feras. Há uma analogia indisfarçável entre os seus rios longos e líricos e seus passos históricos. Que esses rios, sabemos, de repente se cansam de ser cães sem plumas ou de papar estrelas, deitados de barriga pro ar nas barrancas cinzentas, dispersos no salgado dos manguezais e pernas de emboá das camboas. E sugam a água dos afluentes interioranos, e bebem marés de um trago só, avançando sobre a planície flúvio-marinha, atacados de fúria animal, espezinhando, subvertendo, destruindo e matando. Para na vaza podre que deixam repontar, noutro tempo, um verde mais vivo ou uma rosa mais mulher.

Observa que, desde as origens, instantes há de desesperadora modorra no velho burgo. A cidade parece cochilar, deitada sob o azul, os cabelos desfeitos pelos ventos alíseos. Quando menos se espera, retesam-se-lhe os músculos, crispações violentas sacodem a sonolência enganadora. Isso pode se chamar Guararapes, 1817, Confederação do Equador, o "quarent-huitard" tropical da Praieira, o verbo de Nabuco solto na praça, polarizando o caos revolucionário na manhã de criação da liberdade negra. Os rios parecem humanos nas suas zangas, há explosões fluviais no coração do povo — que se pensa conter, às vezes, com barragens de medo, para se ter a surpresa contundente de que esta é uma cidade livre, aquela cidade que Ruy saudou num momento de rebeldia, com rara felicidade: "Não alvejam sobre as instituições quinze séculos de antiguidade: não te revestes do quadrúplo manto da medicina, da jurisprudência, da teologia e das artes, como a cidade de Benedito XIV, Domíniquino e Galvani. Mas o verdor de teus anos exubera de seiva moral, como as grandes criações seculares da História; e o que teu exemplo nos ensina é a nata da sabedoria; é o aroma da beleza suprema; é a poesia da vida entre as inteligências; é o que mais falta e o de que mais se necessita neste país: a destimidez da consciência, a independência do Direito, o estoicismo do dever, a confiança na lei, a insubmissão ao arbítrio". (3).

É a cidade das "revoluções libertárias", de Manuel Bandeira, ou "a noiva da Revolução" — como a viu Carlos Pena Filho.

Existe na História um desafio a que nenhum especialista consegue resistir, é a **explicação**, para os naturalistas, ou a **compreensão**, para os historicistas. Será possível desmontar, analiticamente, o famoso "maligno vapor pernambucano", a que alude, no n.º 29, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco um autor anônimo? Ou penetrar-lhe os meandros psicológicos, balizando uma interpretação resistente? Essa tentação irresistível nos leva ao diálogo inicial entre o homem e a terra.

Hugo Hassinger afirma que "...todas las situaciones y los acontecimientos humanos estudiados por la Historia están indefectiblemente ligados al espacio"... (4). É claro que não estamos recorrendo à resposta fácil e cientificamente contestável do determinismo geográfico. Ainda achamos bem posta a colocação de Henri Berr: "La Humanidad escapa al medio natural por la acción del medio interno o lógico: la idea — que se forman los hombres de su medio, la idea que les lleva a transformar ese medio — desempeña un papel cuya importancia no podríamos exagerar. Escapa, igualmente, al mismo por la acción del medio social" (5).

Analisando a gênese das cidades, escreveu Oliveira Martins uma página memorável: "A vila criara-se e crescera, por agregação, das ramificações das famílias. Era uma vegetação social. Era uma formação inconsciente e espontânea. A cidade, ao contrário, **funda-se**: aparece numa hora, num instante, erecta na sua totalidade moral.

É uma pura invenção humana, uma obra de arte, e crê-se ser um ato livre do herói, a quem se atribui a paternidade". (6). Afigura-se-nos polêmica, de modo geral, a afirmativa do mestre. No caso do Recife, as condições são outras. Ocorre uma nítida influência do meio derrotando, inclusive, a decisão duartina ao erguer sua acrópole olindense. Parece-nos que Nelson Omegna dominou bem a matéria: "É a cidade da colônia um fenômeno natural de fatos constantes, de processos iguais de dominância, sucessão, zoneamentos, segregação e de relações e interações que ocorrem independentes das determinações conscientes do homem".

"Superficialmente se poderia pensar ser a cidade ou vila puro artefato de criação do homem. Que um decreto d'El-Rei ou uma decisão de um grupo a modelasse dentro de planos pré-determinados. Esses atos oficiais criam nominalmente a cidade. Não respondem, porém, pela sua evolução ou formas que vai ela assumir. Ela resiste aos decretos, como um produto que surge da interação de forças naturais" (7).

Nesse mergulho no passado, tentando captar nuances quase imponderáveis que iriam, ao longo do tempo, criar os condicionalismos histórico-sociais do Recife, entendemos correta a tese de que a cidade nasceu com um destino imperial. Duas importantes forças ter-se-iam conjugado na decisiva tarefa de transfigurar a sorte do pobre burgo, que, ainda nos primeiros anos do século XVII, José Antonio Gonsalves de Mello Neto descrevia: "Burgo triste e abandonado que os nobres de Olinda deviam atravessar pisando em ponta de pé, receando os alagados e os mangues; burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto; burgo triste, sem vida própria, para onde até a água tinha de vir de Olinda" (8).

Refiro-me às forças geo-econômicas e sócio-políticas. A origem do Recife se liga a daquelas cidades que Lucien Febvre considera mais dependentes da **circulação** do que dos **mercados**: "Queremos falar das cidades que devem a sua origem aquilo a que Jullian chama "episódio de estrada", ou seja, a acidentes ou a pontos marcantes do caminho: um vau, uma ponte, a entrada de um desfiladeiro, de uma região florestal, ou de uma região particularmente difícil, a falda de uma grande subida, a primeira parecem na planície depois de uma descida das montanhas, um cruzamento de estradas, uma encruzilhada e, se quisermos, um porto; porque, na verdade, um porto "é, muito simplesmente, uma estação, um limite de trajetos de uma grande estrada; é o local onde acabam as estradas do mar e começam as estradas de terra; é o local de desembarque e de carga, quase que se poderia dizer de muda de navios" (9).

Gostaria de sublinhar a significação disso, usando palavras de Mário Lacerda: "...se trata (o Recife) de uma cidade em que a principal função econômica, desde a fundação até hoje, tem sido a de porto exportador de açúcar" (10).

A definição portuária do Recife parece-nos de transcendente repercussão na origem e desenvolvimento do seu espírito. O porto é uma abertura para o mundo. Não circulam nele, apenas, mercadorias. Circulam idéias. Os ventos largos do oceano resmungam o pensamento, o sonho, a inquietação dos outros. O Recife tenderia, desde o berço, a se fazer uma cidade universal, conectada com a cultura dominante, os grandes centros civilizados, através do cordão umbelical do seu porto, que a repressão da política colonizadora não podia policiar nem cortar. Viu bem essa perspectiva José Césio Regueira Costa: "O estudo do porto não poderá ser desligado do estudo da própria cidade. Nem do estudo do homem que o povoa. Terá de ser história, mas será, também, um atraente capítulo de geografia humana".

"É preciso amar o porto, conhecer a matéria de que é feito, de como viveu e cresceu, de como serviu à cidade; é preciso conhecer a sua multidão — marinheiros, estivadores, gente dos cais. Que sabeis dos seus dramas, dos temporais com que lutaram? Toda-via, toda essa paisagem material e humana aí está exercendo, poderosa e silenciosamente, uma influência inequívoca sobre a cidade. Não há como fugir a essa influência.

Há, sim, estudá-la, conhecê-la, fixar as suas linhas sedutoras" (11). Se o porto foi, a bem dizer, "a pia batismal da nossa cidade" — como quer Mário Sette (12), lembremos que, na teologia católica, o batismo é sacramento que imprime caráter.

As marcas do porto jamais se apagarão do vendaval histórico que foi a vida da cidade, das idéias que lhe trouxe, das revelações que lhe fez, do senso de responsabilidade que lhe impôs, como é sinal curioso aquele notável "Manifesto ao Mundo" feito peios praiheiros em 1849 e no qual se proclamava que "o mundo todo quer reformar-se, e nós não devemos ficar estacionários". A função portuária daria, assim, ao Recife, uma vocação atlântica, um destino quase transnacional de comunidade aberta à rosa dos ventos da inquietação universal.

O segundo grupo de forças decisivo na gênese moral da cidade — o sócio-político — teria começado a se configurar na concepção colonizadora do nosso primeiro estadista, que foi Duarte Coelho. O prof. Gideon Sjoberg registra: "Os impérios são naturais disseminadores de cidades, uma vez que elas servem para manter a supremacia militar nas regiões conquistadas" (13). Sabe-se que a segmentação do Brasil na solução feudalizante das capitanias originou-se, principalmente, no temor do imperialismo francês e nos primeiros sinais de que a riqueza fácil dos "cheiros da Índia" começava a pagar um preço muito alto em sangue. Em Duarte Coelho há a nítida resistência em transformar o Brasil em simples colônia de exploração, o que se sente, por exemplo, quando ele condena o comércio desorganizado e predatório do pau-brasil "Porque afirmo a Vossa Alteza que de três anos para cá se perverteu este fazer de Brasil, que põe em muita confusão a terra, e a mim dá grande trabalho; e fadiga em acudir a tantos desconcertos e remediar desacertos. Até nos estorva este fazer de brasil e fazermos nossas fazendas, em especial os engenhos"... (14).

Era um semeador de civilização e vinha com o destino das sementes, para ficar e florescer. A Nova Lusitânia começava com uma opção rebelde de sistema colonizador. Rebelia em que quase descamba a altivez do donatário que assim fala ao seu Rei, na época férrea do absolutismo: "Não tenha Vossa Alteza em tão pouco estas terras do Brasil, em especial esta Nova Lusitânia, como mostra ter, pois não provê nem me responde as cartas e avisos que há três anos e por três ou quatro vias lhe tenho escrito; mostra que tem, pois a isso não acode. Nem me tenha em tão pouco e em tão pouca estima, que haja por mal empregado dar crédito ao que lhe digo e escrevo, para bem de seu serviço"... (15).

Poderíamos ver o episódio como um símbolo de mentalidade nova contra aquele Portugal tão severamente pintado por Oliveira Lima: "Quando, vazios os bolsos pelas exigências da vaidade em uma época de vida caríssima, a inveja o aguilhoava ah! lá, barra fora, dobrar o Cabo e saquear desordenadamente, com fúria, a Índia inexaurível. Outros motivos o não impeliam com decisão. O português pensou sempre mais em acometer e roubar o hindú do que em convertê-lo"... (16).

Um corte histórico violento, talvez, nos mostrasse na Insurreição pernambucana o mais belo momento dessa corrente de inconformismo, insubmissão e coragem que marca a História provincial. Pernambuco rasgaria todos os "papéis fortes", resistiria aos encantamentos renascentistas do consulado nassoviano, queimaria seus engenhos, para servir sua verdade. Guararapes, geograficamente, é um morro insignificante; historicamente, se fez a cordilheira de cujo cimo se divisa o passado e o futuro. Aqui ocorre-me a aproximação do pensamento de dois grandes "mestres": Fernand Braudel e Gilberto Freyre.

Braudel, abordando o problema do tempo histórico, ou a dialética da duração, elaborou a já famosa teoria do tempo ternário: o tempo conjuntural, estrutural e breve (17). Na interpretação da profa. Westfahlen, a decomposição da História num tempo geográfico, social e individual (18). Partindo do "tempo breve", por excelência, "do cro-

nista, do jornalista", através do "recitativo da conjuntura, do ciclo e até do "intercício" — que oferece à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, "em última instância, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff", Braudel chega à concepção do tempo estrutural que conceitua: "Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites ("envolventes", no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar" (19).

Dai a sugestão conhecida de Braudel, propondo uma História globalizante: "Para mim, a História é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã". (20).

Até onde acompanhamos o pensamento criador e revolucionário do mestre, integremos, na sua concepção, a História como a consolidação de tempos sucessivos e de ritmos diversos: o tempo do acontecimento, tão classificador da "Histoire événementielle"; o tempo, sobretudo, de andamentos sociais, predominantemente econômico, e o tempo de respiração secular, espacial, determinante. Essa consolidação se nos afigura artificial, havendo nela uma geologia de estratos justapostos, mas incommunicados. Como se a vida se realizasse através de contrações temporárias ou solos mais ou menos longos. E não fosse algo como uma explosão envolvente, integralizante, sinfônica, na sua unificação de sons diversos, no rumo — quem sabe? — de uma definição ou teleologia.

Na concepção de Freyre sobre o "tempo tríbico" é exatamente o seu dinamismo que seduz. Como ele próprio diz, liga-se "mais sistematicamente o tempo futuro ao já vivido e ao vivente, estes como tempos potencialmente futuros; enquanto os tempos futuros seriam, não improvisos absolutos no vácuo, porém projeções de tempos já vividos e de tempos viventes. O tempo geral seria, assim, sempre tríbico; sempre plural; sempre composto e complexo sempre síntese de três vidas coletivas. Nunca singular nem simples". (21).

Se em Braudel aprendemos que a História não é, apenas, o efêmero, o singular, o irreversível, em Freyre sentimos a História, na sua extrema complexidade e duração, projetada em nossa própria vida, ou, na expressão de Freyre na "realidade imediata na qual se cruzam sobrevivências e antecipações". E continua: "O homem nunca está apenas no presente, sem deixar de ser homem pleno ou integral. Se apenas se liga ao passado, torna-se arcaico. Se apenas procura viver no futuro, torna-se utópico. A solução, para as relações do homem com o tempo parece estar no reconhecimento do tempo como uma realidade dinamicamente trípica na concepção brasileira; e como o homem vive imerso no tempo, ele próprio é um ser — um estar sendo, diria talvez Gasset — tríbico". (22).

Isso nos parece justificar o culto da História, a possibilidade pedagógica de sua influência. Como escreveu o padre Daniel Lima: "Cada homem carrega a História de todos os que o precederam. E faz, por sua vez, em certa medida, a História de todos os que se lhe seguirão. Nenhum de nós começa no princípio. Nascemos no meio da nossa própria História". (23).

Condicionado por fatores geo-econômicos quase inelutáveis: aberto às amplas comunicações marítimas, recusando-se e ser, simplesmente, o entreposto militar da concepção do prof. Gideon Suoberg; tornando-se um dos pólos de desenvolvimento da política civilizatória defendida por Duarte Coelho e, fazendo nos Guararapes a opção

cultural definitiva, o Recife compunha a solidez do seu arcabouço espiritual, projetava no tempo a arquitetura atrevida do seu estilo de vida. Ajudava a desenvolver-se e afirmar-se a cosmovisão brasileira.

Nesse sentido, a sua caminhada é a mais gloriosa de todas as cidades brasileiras. Não afivelaremos no rosto a máscara da falsa modéstia. Antes gritamos, numa época em que se ajuda mais o Recife em manchetes e declarações, quando a cidade aquática, heróica e linda, corre o risco de morrer afogada na água dos seus rios rebeldes, gritamos que o Recife só pede justiça, jamais esmolas. E que sua mão estendida para a colaboração fraterna do país, está calejada e ferida de abrir estradas e empunhar armas no desvendar o futuro e defender as tradições do Brasil e sua gente. É só olhar o rol insofismável da História, os marcos que o Recife plantou ao longo do seu caminho, argamassados, muita vez, com o generoso sangue das suas veias.

Em 1666, explode no Recife a primeira manifestação nativista contra os portugueses, no episódio da deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado, o célebre Xumbergas. (24).

Em 1710, envolvem-se o Recife e Olinda na dura "Guerra dos Mascates", que Mário Melo estudaria como uma "afirmação nacionalista". (25).

Ao findar do século XVI! é a fundação do Areópago de Itambé, pelo sábio Manuel Arruda da Câmara, inimigo do despotismo, defensor dos negros, e que se tornaria um centro irradiador das idéias libertárias, uma delas provocadora da "obscura e pouco estudada conspiração dos Suassunas" — como escreve Amaro Quintas. (26).

Em 1800, Azeredo Coutinho funda o Seminário de Olinda, a "Escola de heróis" do Cônego José do Carmo Baratta (27) e de onde saíam os padres que fizeram a Revolução de 1817. Foi o Seminário um centro pedagogicamente revolucionário, funcionando como catalizador dos ressentimentos e idealismo que iriam espoucar no movimento que Oliveira Lima definiu "um tempo demolidor e construtor, como nenhum outro entre nós, e como nenhuma outra, em grau superior, na América espanhola". (28).

Essa revolução de 1817, que Varnhagen, molhando a pena na adulação, se não no servilismo à dinastia bragantina, afirmou não acreditar perder o Brasil glória nenhuma deixando de assim catalogá-la (29), projeta-se, cada vez mais, em nossa vida de povo, como um dos seus momentos mais altos.

Um historiador, pernambucano "par droit de conquête", Nilo Pereira, viu singularmente bem o movimento: "Tem-se falado muito em motivação nativista desse movimento. O nativismo não esgota a Revolução pernambucana de 1817. Ela não é apenas um choque entre pernambucanos e lusitanos. Traz essa herança, sem dúvida; mas ultrapassava o ressentimento colonial; é uma ordem político-social que se funda, um regime, uma conjuntura histórica que faz de Pernambuco Província pioneira no ideal republicano proclamado. 1817 é a República, o sonho liberal realizado, a etapa decisiva que, como remate de secretas conspirações, escapou à perspicácia de Caitano Pinto de Miranda Montenegro". (30).

Revolução tão grande que até outras províncias, heróicas e, como se veria depois, libertárias, não a compreenderam e a repudiaram. Há reflexos populares, duros e saborosos, desse choque de opinião. É o caso do conflito Pernambuco-Bahia, de onde o Conde dos Arcos deflagraria a repressão sanguinolenta aos "patriotas". Os presos pernambucanos eram insultados pela canalha das ruas que cantava:

"Bahia é cidade
Pernambuco é grotá

Viva o Conde d'Arcos
Morra o patriota".

O que ensejaria dos trovadores populares de Pernambuco, um pouco depois, a resposta ríspida e violenta:

"Ó Bahia, ó Bahia
Terra de Todos os Santos!
Negro por todos os lados
Bosta por todos os cantos". (31)

Em 1821, numa das suas antecipações cívicas mais notáveis e tão pouco conhecida, o Recife e Goiana, na Convenção do Beberibe, libertam Pernambuco, praticamente, do jugo português, um ano antes do Ipiranga, onde — observou o prof. Luiz Delgado — "ampliava-se ao Brasil inteiro, através de um acidentado processo político, a que não faltou a glorificação do sangue derramado, a realidade, difícil mas luminosa, da independência que, entre Goiana e Beberibe, entre 29 de agosto e 5 de outubro de 1821, Pernambuco alcançara e que, tendo-a conquistado para si, ajudou os irmãos a conquistar, lutando ao lado deles nos campos do Piauí, do Ceará e da Bahia, concorrendo mais uma vez para a grandeza do Brasil" (32).

No século XIX, se deixarmos movimentos menores e de repercussões mais limitadas, como a "setembrizada", a "novembrada", a "abrilada", as "carneiradas", os dois momentos de maior glória que seguem à expulsão de Luiz do Rego Barreto, são a Confederação do Equador e a Revolução Praieira. Duas revoluções ao seu modo esquecidas e injustiçadas, em que se pode sentir, na primeira, dominadoramente, o grito da liberdade ultrajada e na segunda, o anseio pela justiça social que há de vir. Entendemos que, nas duas, nunca esplendeu melhor o espírito pernambucano, atento aos colonialismos de sua posição regional e às fulgurantes sugestões externas, que o inebriavam e transfiguravam.

Contra a Confederação do Equador, os "bien-pensants" utilizariam, como arma mais importante de um arsenal de insídias, que ela foi separatista e visou quebrar a unidade pátria. Valeria lembrar aqui as palavras definitivas de Barbosa Lima Sobrinho: "Se considerássemos separatistas todas as revoluções, cuja vitória acarretasse a divisão do Brasil, não sei de nenhuma que não tenha incorrido nessa censura. A começar pela Inconfidência Mineira, articulada em Minas Gerais, com uma razão de alcance regional, como seria a reação contra os quintos do ouro e a ameaça da Derrama. Mesmo a Revolução de 1930, quando se iniciou, contava apenas com dois Estados, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Se não encontrassem adesões, e, sobretudo, meios, de se estender aos outros Estados, teria acabado como um movimento separatista" (33).

De 1824, dois fatos, entre múltiplos, evocaríamos como legado: a mutilação do nosso território pelo despotismo sangrento e enforcado, ficando esse gilvaz no mapa de Pernambuco como a mais gloriosa das condecorações, a cicatriz que os heróis trazem do campo de luta, mais rutilante e bela do que as comendas e crachás, conquistados na dobreza da espinha e vergonha do servilismo. E o vulto de Frei Caneca, caminhando nas pedras irregulares e duras da cidade, repudiado pela sua Igreja, caminhando para a morte e a História entre a sofreguidão homicida dos áulicos e o silêncio respeitoso do povo. Caminhando, como se sentisse o hálito de Deus na face e reboando, no tempo, os versos que escrevera na prisão:

"Tem fim a vida daquele
Que a pátria não soube amar;
A vida do patriota
Não pode o tempo apagar.

O servil acaba inglório
Da existência a curta idade;
Mas não morre o liberal,
Vive toda a eternidade"

A Revolução Praieira, admiravelmente estudada por Amaro Quintas (34), Edson Carneiro (35), Barbosa Lima Sobrinho (36), que lançaram modernamente as grandes coordenadas do movimento chamado por Nabuco "um turbilhão popular" (37), já se libertou do esquecimento a que pretenderam relegá-la os historiadores bem comportados, temerosos das verdades que ela traz no bojo, no seu sonho e sacrifício. Constitui-se, antes da República, o mais belo e importante movimento revolucionário do Segundo Império. Ainda polêmico, como todas as grandes explosões violentas de idéias e desencontros, a Praieira não pode mais ser esquecida nem negligenciada. Foi um diagnóstico sangrento de uma realidade social ainda não equacionada. Está viva e doendo no drama nordestino que espera, já cansado, o seu decifrador. O diagnóstico de Antônio Pedro de Figueirêdo, o "Cousin Fusco", em certos aspectos, não foi contestado pela História. (38). O sangue que correu nas ruas do Recife em 1849 borbulha e referve nos cadinhos misteriosos por onde caminha o futuro com seus desígnios e surpresas. A análise da Revolução continuará, por muito tempo, dividindo e apaixonando os estudiosos. Mas, acreditamos que ninguém lhe negará o que Nabuco viu, antes de todos nós: "A guerra dos Praieiros era feita a esses dois elementos — o estrangeiro e o territorial ("os portugueses que monopolizavam o comércio nas cidades, e os senhores de engenho, que monopolizavam a terra no interior"); mais que um movimento político, era assim um movimento social". (39).

A Praia, mais do que um acontecimento do passado, é uma convocação do presente. De certo modo, todos nós somos praiheiros, ao levantarmos a bandeira do nacionalismo, sem abandonar as trincheiras da justiça social e da luta contra os privilégios econômicos. A flâmula tombada das mãos de Nunes Machado, na tragédia da Soledade, espera nossa audácia para voltar a se desdobrar no espaço anunciando o futuro que tarda. A Praia continua.

Não gostaríamos de encerrar essas considerações, quase desalinhas, sem arrolar uma das maiores e mais significativas contribuições do Recife aos movimentos de libertação do Brasil. E dessa feita não é um testemunho generoso de sangue, é um gesto criador de cultura, uma sementeira de idéias, a face nova do espírito que se revela tatuando na pele da História as marcas inapagáveis da revolução. Foi Leonel Franca que disse superiormente: "Agitar idéias é mais grave do que mobilizar exércitos. O soldado poderá semear os horrores da força bruta desencadeada e impune; mas enfim, o braço cansa e a espada torna à cinta ou a enferruja e consome o tempo".

"Pela matéria não se vence o espírito".

"Pelo espírito, subjuga-se a matéria". (40)

Referimo-nos à Escola do Recife, nascida, praticamente, na velha Faculdade de Direito, sesquicentenária também, em cujos corredores e salas erra a alma do tempo, não um fantasma nascido de decomposições irreversíveis, mas sim, espécie de "genius loci" dos antigos, preservando as tradições da Liberdade e Direito da Nação.

O professor Pinto Ferreira assim a resume magistralmente: "No século passado, a chamada Escola do Recife, com Tobias Berreto, Castro Alves, Clóvis Beviláqua e outros, representou um ponto culminante na história do pensamento brasileiro. Representou uma abordagem enciclopédica e humanista na cultura, com reflexos na alma popular e no esplendor do pensamento abstrato" (41). Nelson Saldanha chega a falar na Escola do Recife como uma "belle époque" da nossa evolução cultural. (42). Analisan-

do a densidade de sua contribuição no processo de desenvolvimento de nosso pensamento, Luiz Delgado, com felicidade, apreende duas marcas decisivas: "uma grande independência crítica, a fecunda coragem de indagar e discutir" e a acentuação e o esclarecimento em nós do "sentimento do real" (43). Lapidariamente: "Assim a Escola do Recife nasceu entre nós, numa encruzilhada do nosso roteiro, aprendeu do pensamento alemão que conhecíamos pouco uma atitude feita de sensibilidade sociológica e de zelo metodológico que nos foi útil sobretudo naquela mudança e incorporou à nossa cultura estes dois elementos fecundantes — a independência crítica e o empenho de descobrir e identificar os fatos concretos e os seres reais, inclusive o nosso fato, o nosso ser como nação" (44).

Foi um gesto libertário, como 1817 ou 1848. Quebrou as derradeiras algemas com o colonialismo espiritual, feriu o monopólio do pensamento filosófico pela teologia católica, abriu uma janela atlântica, mais ampla e generosa, por onde o mundo penetrou nas suas novas inquietações filosóficas, sociológicas, líricas e jurídicas. É o instante de maioridade da cultura brasileira.

Para que tenhamos um pouco a medida do impacto, representado pela Escola do Recife, na modorra do Segundo Império, vale a pena recordar, sob o prisma político, esse grito de Tobias Barreto, em 1878, perdido assim no tempo: "É preciso que nos convençamos: a magna questão dos tempos atuais não é política, nem religiosa, é toda social e econômica. O problema a resolver não é achar a **melhor forma de governo** para todos, porém a **melhor forma de viver para cada um**; não é **tranquilizar as consciências**, porém **tranquilizar as barrigas**. Que importa ao homem do povo que lhe deem o direito de **votar em quem quiser**, se ele não tem o direito de **comer o que quiser**? Que lhe aproveita a liberdade de vir ao templo, quando queira, e orar a Deus, como lhe aprouver, se ele não tem o poder de ir ao mercado, quando lhe apraz, e comprar o que precisa," (45).

Concordemos ou não com o sergipano de gênio, a Escola do Recife ainda não morreu...

E agora encerramos, dizendo ao Recife que é difícil falar nas suas Revoluções. Nos seus atrevimentos e antecipações. Nesse tumulto de idealismo e sangue, sonho e realismo que fazem sagradas as suas pedras, santos os seus templos, grande o seu homem. Leão ferido, cidade feita de lama e asfalto, beleza e riso na areia das praias feiticeiras, dor e angústia nas crianças abandonadas pelas ruas, ou mortas antes da vida. Difícil falar em suas grandezas e misérias, na sua coragem e omissões, nos seus arrancos de fera e nas suas hesitações tão humanas. Porque a amamos, porque nela nos integramos e dela fizemos parte de nosso próprio ser.

Neste crepúsculo que nos envolve (será crepúsculo vespertino anunciando a noite, ou crepúsculo matutino conduzindo a aurora?), permitam-me expressar a minha fé e certeza de que a lição do Recife não se perdeu, nem se perderá no tempo. Dos Guararapes, os mortos gritam integridade, e como um eco respondem 1817, 1824, 1848, integridade, liberdade, justiça. Isso compõe um destino e perfaz uma História, a do Recife libertário e democrático, fraterno e cristão, em cujos pulsos as algemas não demoram e cujos passos as tiranias não detêm.

BIBLIOGRAFIA

1. Rodrigues, J. H.. "História, corpo do tempo", Ed. Perspectiva, Coleção Debates, S. Paulo, 1975, 38, 39.
2. Filho, Carlos Pena, "Livro Geral" — "Guia prático da cidade do Recife".
3. Barbosa, Ruy, "Coletânea Literária", Comp. Ed. Nacional, S. Paulo, 1928, p. 122, 123.

4. Hassinger, Hugo, "Fundamentos geograficos de la História", Ediciones Omega S. A., Barcelona, p. 13
5. Berr, Henri prólogo ao "La Tierra y la evolución humana", de Lucien Febvre, Union Tipográfica Ed. Hispano-Americana, México 1955, p. XVII.
6. Martins, J — P. Oliveira, "Quadro das instituições primitivas", Liv. de Antônio Maria Pereira, Lisboa, 1893, 2a. ed., p. 236.
7. Omegna, Nelson, "A cidade colonial", Ed. de Brasília S. A., 1971, 2a. ed., p. 6.
8. Neto, J. A. Gonsalves de Melo, "Tempo dos flamengos", Liv. José Olympio Editora, Rio, 1947, p. 35
9. Febvre, Lucien, "Panorama da Geografia", Livro Três, "A Terra e a evolução humana", vol. II, Edições Cosmos, Lisboa, 1954, p. 706.
10. Melo, Mário Lacerda de, "Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba", Edição do Conselho Nacional de Geografia, Rio, 1958, p. 30.
11. Costa, José Césio Regueira, "O porto do Recife", Ed. do Arquivo Público Estadual, 1956, p. 26.
12. Sette, Mário, "Porto do Recife", Ed. da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, 1945, p. 7.
13. Sjoberg, Gideon, "Origem e evolução das cidades" — em "Cidades, a urbanização da Humanidade", Zahar Editores. Rio, 1972. p. 45.
14. Neto, J. A. Gonsalves de Melo e Albuquerque, Cleonir Xavier de, "Cartas de Duarte Coelho a El-Rei", Imprensa Universitária, Recife, 1967, p. 88
15. Neto, J. A. Gonçalves de Melo e Albuquerque, Cleonir Xavier, ob. cit. p. 93.
16. Lima, M. de Oliveira, "Pernambuco. seu desenvolvimento histórico", Lei pzig, F. A. Brockhaus, 1895, p. 6.
17. Braudel, Fernand, "História e Ciências Sociais", Editorial Presença,, Lisboa, 1972, pgs. 7 a 37 e sgts.
18. Westphalen Cecília Maria, "A historiografia brasileira e as posições metodológicas da historiografia atual" — Mec — Def — Codeat, Brasília, 1973 p. 8 e sgts.
19. Braudel, Fernand, ob. cit. pg. 21.
20. Braudel, Fernand, ob. cit. p. 27.
21. Freyre, Gilberto, "Além do apenas moderno". Liv. José Olympio Ed., Rio, 1953. p. XXII.
22. Freyre Gilberto, ob. cit. p. XXVII.
23. Lima, Daniel, "Da Teologia ao Rol-de-Roupa" V"-in Diário de Pernambuco, 27/2/1966.

24. Cavalcanti, Maria Isabel de Oliveira, "Xumbergas em Pernambuco", Tese de Concurso, Recife, 1965, p. 81.
25. Melo, Mário, "A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista", separata do vol. XXXVI, so IAHG de Pernambuco.
26. Quintas, Amaro, "Recife das Revoluções Libertárias", in Diário de Pernambuco, 12/3/77.
27. Barata, José do Carmo. "Escola de heróis". reedição da Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, Recife, 1972.
28. Lima, Oliveira, "Proêmio" in "História da Revolução Pernambucana de 1817", de Francisco Muniz Tavares, Imprensa Industrial, Recife, 3a. ed., 1917, p. III.
29. Varnhagen, Francisco Adolfo, "História Geral do Brasil", Ed. Melhoramentos, Tomo V. 5a. edição, p. 150.
30. Pereira, Nilo, "A cordialidade na Revolução Pernambucana de 1817", Estudos Universitários, Revista da UFPe., 1966, n.º 2, pgs. 70, 71.
31. Omegna, Nelson ob. cit. p. 85.
32. Delgado, Luiz, "A Convenção do Beberibe", Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, Recife, 1972, p. 19.
33. Sobrinho, Alexandre José Barbosa Lima. "A Confederação do Equador, do centenário ao sesquicentenário", Revista do IHGB, vol. 306, 1975, p. 107.
34. Quintas, Amaro. "O sentido social da Revolução Praieira", Civilização Brasileira, Rio, 1967.
35. Carneiro, Edison, "A insurreição praieira", Conquista, Rio, 1960.
36. Sobrinho, Alexandre José Barbosa Lima. Revista do Arquivo Público de Pernambuco, ano III, n.º 5, conferência no IHGB.
37. Nabuco, Joaquim, "Um estadista do Império".
38. Figueirêdo, Antônio Pedro, "O Progresso", reedição do Governo do Estado de Pernambuco, 1950.
39. Nabuco, Joaquim, "Um estadista do Império", Comp. Ed. Nacional, S. Paulo, 1936, Tomo I, p. 75.
40. Franca, Leonel, "A Igreja, a Reforma e a Civilização", Liv. Católica, Rio, 1928, 2a. ed., p. III.
41. Ferreira, Pinto. "Breve História", in Diário de Pernambuco, 18/5/77.
42. Saldanha, Nelson, "A Escola do Recife", Ed. da Faculdade de Direito de Caruaru, p. 109
43. Delgado, Luiz, "Gestos e vozes de Pernambuco", Universidade Federal de Pernambuco, 1970, p. 181.
44. Delgado, Luiz, ob. cit. p. 182.
45. Citação de Lima, Hermes, "Tobias Barreto — a época e o homem", Brasileira, série 5a., vol. 140, 2a. ed., p. 33.